

Uma acordo com os credores agora está mais fácil

A pronta reação favorável dos credores externos às primeiras medidas de controle do déficit público tomadas pelo governo mostra que estávamos demasiado pessimistas em relação à sorte do acordo entre o Brasil e os bancos privados, ora próximo da conclusão, segundo revelam as informações procedentes de Brasília e de Washington, onde se encontra o ministro Mailson da Nóbrega para novos contatos com o FMI, o governo dos Estados Unidos e os membros do comitê assessor dos bancos.

JORNAL DA TARDE

Agora, após o anúncio do congelamento dos reajustes salariais no setor público, acredita-se que o acordo com os bancos poderá sair mais depressa, pois o governo já deixou claro que o congelamento foi o ponto de partida de um programa de ajuste que será apresentado ao FMI por uma missão técnica brasileira, que deverá viajar para os Estados Unidos na próxima quinta-feira. Esses técnicos acreditam que o déficit público potencial cairá de 7,4 para 4% do PIB em função das medidas anunciamas e de outras que serão tomadas, entre elas o corte de 1% do PIB no Orçamento Geral da União (cerca de 2,8 bilhões de dólares). A revisão dos gastos governamentais está sendo feita a partir da presunção de uma inflação de 600% para 1988. Os técnicos do Ministério da Fazenda e da Seplan estão certos de que essa redução de gastos será viável, pois vários itens do orçamento deixarão de ser corrigidos de acordo com a inflação prevista.

12 ABR 1988

Falta ainda uma orientação mais clara a respeito do que será feito com os subsídios e incentivos fiscais, mas dificilmente as autoridades econômicas conseguirão atingir seus objetivos se não realizarem um corte drástico nesse nicho do capitalismo cartorial. Seríamos injustos se não admitíssemos que existe hoje o prenúncio de um novo clima gerado pelas primeiras medidas de austeridade. Sem elas, o acordo com o FMI seria totalmente inviável e os entendimentos com os bancos credores acabariam levando a resultados bem piores do que aqueles que se vislumbram depois do primeiro movimento do governo brasileiro na direção esperada.

Outro fato que muda as coisas para melhor são os novos critérios do FMI para a concessão de empréstimos aos países mais endividados como o Brasil. Esse organismo internacional está interessado em ampliar seu papel nos programas de ajustamento econômico desses países e, com esse objetivo, deverá propor esta semana aos seus principais cotistas, segundo informa o correspondente em Washington da Gazeta Mercantil, a volta dos programas ampliados com duração de até quatro anos e a criação de mecanismos dentro dos programas de financiamento compensatório para a concessão de créditos de contingência, a fim de dar ao país endividado todas as condições para o êxito de seu programa de ajustamento. Este deve ser protegido contra os choques externos, tais como inesperadas elevações das taxas de juros e as flutuações nos preços dos principais produtos importados e exportados, bem como a perda de mercados externos, a busca redução da receita de turismo e até as remessas de divisas feitas por imigrantes.

Há também importantes mudanças em curso no Banco Mundial, que se prepara para participar mais ativamente das soluções para os países devedores, inclusive mediante a concessão de garantias aos títulos que esses países vierem a oferecer em troca de dívidas mais antigas não pagas. Além dessas importantes notícias que envolvem o FMI e o Bird, sabe-se que o governo dos Estados Unidos ficou bastante satisfeito com a decisão do presidente Sarney de, finalmente, romper a inércia. Não seria de estranhar se na conversa que o ministro da Fazenda vai ter hoje com o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, houvesse alguma declaração de apoio ou até algum gesto para acelerar a conclusão do acordo entre o Brasil e os bancos credores, que prevê refinanciamentos no valor de 5,8 bilhões de dólares.

O acordo com o FMI, como se sabe, é vital para romper as últimas resistências da comunidade financeira internacional em relação ao Brasil, para a reabertura das negociações com as instituições oficiais do Clube de Paris e para que o País tenha acesso a parte dos 30 bilhões de dólares que o governo japonês já separou para ampliar sua assistência financeira aos países endividados.

Nem tudo, porém, são rosas, porque internamente o ministro da Fazenda está sob fogo cerrado dos órgãos de classe dos funcionários públicos e do pessoal das empresas estatais, que não se conformam com o congelamento temporário de seus salários, e das entidades sindicais dos trabalhadores do setor privado, que começam a se movimentar contra a substituição da Unidade de Referência de Preços (URP) pela livre negociação salarial, que por enquanto, segundo afirmação do ministro Mailson da Nóbrega na visita que fez a São Paulo sexta-feira, é apenas uma hipótese a ser examinada por todas as partes interessadas.

Os credores e os técnicos do FMI estão conscientes dessas dificuldades de ordem política que estão sendo colocadas no caminho do ministro Mailson da Nóbrega rumo ao saneamento financeiro do setor público e ao controle da inflação. Esse, aliás, não é um problema apenas do Brasil, mas de todos os países que executam ajustes semelhantes. Há informações de que o FMI não se prenderá mais, como no passado, ao rigoroso cumprimento de metas trimestrais, dando mais importância à avaliação geral do cumprimento do programa acertado. Mas, como disse o ministro Mailson da Nóbrega, o governo não adotou as medidas de controle do déficit para satisfazer ao FMI, mas porque não tinha outra alternativa. E o essencial é que se mantenha firme em sua decisão de ordenar as finanças públicas e tome mesmo todas as medidas que estiverem ao seu alcance, entre elas um verdadeiro programa de privatização, pois quanto mais rigorosas forem as medidas para a contenção dos gastos mais rápidos serão o ajustamento econômico, a queda da inflação e a própria recessão. Ao contrário do que sugeriu o ministro Antônio Carlos Magalhães, a situação exige, sim, remédios amargos, muito amargos mesmo, porque a tentativa de curar a nossa inflação crônica com medidas "doces" como o Plano Cruzado só contribuiu para nos arrastar ao abismo da estagflação.